

GÊNERO E ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL DE 1940 A 2000: A HISTÓRIA QUANTITATIVA DA RELAÇÃO¹

*Alceu Ravello Ferraro*²

Fecha de recepción: 30 de Marzo de 2009.

Fecha de aceptación: 1 de Julio de 2009.

RESUMO: O presente trabalho aborda a relação entre gênero e alfabetização. Questiona a sensibilidade e a adequação do indicador “taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais”, utilizado em vários estudos patrocinados pela UNESCO. Argumenta-se que esse indicador é incapaz de captar as transformações em curso na relação entre gênero e alfabetização, precisamente por não levar em conta o efeito geração, isto é, o efeito das diferentes idades na taxa de alfabetização ou de analfabetismo segundo o gênero. A argumentação apóia-se principalmente num estudo de caso, que focaliza a trajetória da relação entre gênero e alfabetização no Brasil no período de 1940 a 2000. Tal estudo revela que as mulheres passaram a superar os homens quanto à alfabetização desde o Censo 1940, a começar pelos grupos de idade mais jovem (5 a 9 anos e 10 a 14 anos), estendendo-se essa vantagem, no Censo 2000, até o grupo 40 a 44 anos. Sustenta-se que o que está em curso – e não só no Brasil – é uma inversão histórica na relação entre gênero e educação em geral. São também levantadas na literatura internacional algumas pistas de interpretação ou explicação do fenômeno. Por último, interroga-se sobre o significado e o alcance dessa mudança em termos de superação da histórica desigualdade de condições da mulher em relação ao homem.

Palavras-chave: Gênero, Alfabetização, Escolarização, Desigualdades educacionais.

ABSTRACT: This paper discusses the relation between gender and literacy. It challenges the sensitivity and adequacy of the indicator called “illiteracy rate for persons aged 15 or over,”

¹ Trabalho desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Uma versão em inglês do presente texto, inédita, algo mais extensa, intitulada “Gender and Literacy in Brazil from 1940 to 2000: The Quantitative History of the Their Relation”, foi apresentada no Comitê de Pesquisa 4 – Sociologia da Educação, Tópico 5: Educação para Todos – Acesso e Democratização da Educação, no **First ISA Forum of Sociology: Sociological Research and Public Debate**, promovido pela Associação Internacional de Sociologia e realizado em Barcelona/Espanha nos dias 5 a 8 de setembro de 2008.

² Professor do Mestrado em Educação, do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais e do Curso de Pedagogia do Centro Universitário La Salle (Unilasalle), Canora/RS. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq. aferraro@unilasalle.edu.br

used in several studies sponsored by UNESCO. It argues that this indicator is unable to apprehend the transformations that are taking place in the relation between gender and literacy, precisely because it doesn't take into account the generation effect, i. e., the effect of the different age groups on the literacy or illiteracy rate by gender. The argument is based mainly on a case study that focuses on the history of the relation between gender and literacy in Brazil in the period from 1940 to 2000. That study shows that women have started to surpass men in terms of literacy since the census of 1940. Their advantage began by the younger age groups (5 to 9 years and 10 to 14 years) and was extended to the age group 40 to 44 years at the census of 2000. The paper claims that what is underway – not only in Brazil – is a historical reversal of the relation between gender and education in general. It also identifies in the international literature some clues or hints for the interpretation or explanation of this phenomenon. It finally asks about the meaning and extent of that change in terms of the overcoming of the historical inequality of women over against men.

Key words: Gender, Literacy, Schooling, Educational Inequalities.

Os primeiros anos do século XXI foram marcados por notícias frequentes relacionadas com a relação entre gênero e educação. Assim, em meados de 2004 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP anunciava que, no Brasil, as mulheres constituíam maioria no ensino médio em 73% dos municípios do país, inclusive em todas as capitais de Estado; que a participação feminina crescia à medida que aumentava o nível de escolarização, representando nada menos do que 62,9% do total de conclusões no ensino superior, e que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 (PNAD 2002), a média de anos de estudo para a população de 15 anos ou mais era mais elevada entre as mulheres (6,7 anos) do que entre os homens (6,4 anos) (INEP, 2004). Se considerada apenas a população ocupada, a vantagem das mulheres em relação aos homens em termos de média de anos de estudo alcançava um ano: 7,5 e 6,5 anos de estudo, respectivamente (IBGE, 2004, p. 93). Segundo o Censo 2000, por sua vez, a vantagem das mulheres em relação aos homens em termos de alfabetização, que era de apenas +0,3% quando consideradas somente as pessoas de 15 anos ou mais (86,5% e 86,2%), aumentava progressivamente para +0,7% e +1,3%, se

consideradas respectivamente as populações de 10 anos ou mais (87,5% e 86,8%) e 5 anos ou mais (83,9% e 82,6%) (IBGE, 2000).

A própria imprensa diária veio abordando com frequência o tema gênero e educação, com títulos do tipo “Escolas têm cada vez mais meninas” (Francisco, 2003, p. A-8) e “Atraso escolar afeta mais os meninos” (Góis, 2003, p. C-1).

Na realidade, tais dados sobre a vantagem das mulheres em relação aos homens no que se refere à educação escolar no Brasil não constituíam total novidade. Eles estavam apenas revelando os últimos lances de uma tendência de transformação identificada pela primeira vez, com clareza, no Censo 1940. É o estudo dessa transformação, particularmente no que se refere à relação entre gênero e alfabetização, que constitui o objetivo central do presente trabalho.

1. Definindo a questão

Em 1990, estudo da UNESCO apresentou estimativas e projeções sobre o analfabetismo no mundo, para os anos de 1990 e 2000, que contrastam com o que o INEP e o IBGE iriam apurar para o Brasil neste início do século XXI. Com efeito, o referido estudo da UNESCO dizia que as mulheres constituiriam, em 1990, e continuariam constituindo, a maior parte da população analfabeta no mundo e que, nos países em desenvolvimento tomados globalmente, a taxa de analfabetismo era e continuaria sendo muito mais elevada entre as mulheres (45%) do que entre os homens (25,1%). É verdade, o mesmo estudo fazia três observações que representavam outros tantos alertas para o pesquisador: primeiro, que as disparidades entre as taxas masculina e feminina de analfabetismo variavam nos diferentes grupos de países; segundo, que a diferença entre elas era menor precisamente na América Latina e Caribe, onde a taxa feminina de analfabetismo tendia a aproximar-se progressivamente da taxa masculina; terceiro, que a taxa de analfabetismo se manifestava de maneira muito diferente nas diferentes gerações, ou seja, nos diferentes grupos de idade (UNESCO, 1990, p. 8 e 30, respectivamente em francês e em espanhol). O mais interessante aqui é que a UNESCO apoiou essas três observações em taxas de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais, apesar das conhecidas limitações desse indicador, particularmente a dificuldade real daí decorrente de se assumir o analfabetismo como realidade enraizada na escolaridade infantil (Torres, 1990, p. 513) e o fato de, aos 7 anos de

idade, no Brasil, a desigualdade no que diz respeito à alfabetização já estar consolidada (Ferraro, 1999, 23-48, particularmente gráfico 4).

Em estudo mais recente (*Gender-sensitive education statistics and indicators – A practical guide*), a UNESCO voltou a utilizar a taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais para fins de comparação internacional. Com base nesse indicador e valendo-se de estimativas mundiais referentes ao ano de 1995, esse estudo concluía que, tanto nos países desenvolvidos como nas grandes regiões de países subdesenvolvidos (África Sub-Saariana, Países Árabes, América Latina e Caribe, Ásia Oriental/Oceania e Sul da Ásia), as mulheres continuavam apresentando taxas de analfabetismo mais elevadas do que os homens (UNESCO, s.d., p. 13-14).

O que o presente trabalho se propõe é precisamente questionar a sensibilidade e a adequação do referido indicador (taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais), argumentando que ele é incapaz de captar as transformações em curso no que se refere à relação entre gênero e alfabetização. Mais precisamente, que esse indicador não leva em conta o efeito geração, isto é, o efeito da variável idade na taxa de alfabetização ou de analfabetismo segundo o gênero. A argumentação apóia-se principalmente num estudo de caso, que focaliza a trajetória da relação entre gênero e alfabetização no Brasil no período de 1940 a 2000 ou, dito de outra forma, a história quantitativa dessa relação no referido período.

No fundo, a questão é a de saber se estamos caminhando rumo à superação da histórica desigualdade da mulher em relação ao homem no campo da alfabetização em particular e da educação em geral, ou se estamos a caminho de uma inversão de posições nessa relação. A esta, soma-se uma segunda questão, qual seja, a de captar ou discernir o significado e o alcance da mudança em curso. Na busca de resposta para estas questões, limito-me a recorrer, como indicador, à taxa de alfabetização (às vezes, de analfabetismo), construída com base na resposta dada à seguinte pergunta contida no questionário do censo demográfico: “Sabe ler e escrever um bilhete simples na língua que conhece?” Recorro a esse indicador, por se entender que ele é o mais adequado para se captar o início e se descrever a trajetória de longo prazo da mudança na relação entre gênero e educação no Brasil. Com uma condição: que se leve sempre em conta a desagregação da população por grupos de idade.

2. Primeiros sinais de mudança

Já no início da década de 1950, estudo da UNESCO fazia duas observações sobre a relação entre analfabetismo masculino e feminino no Brasil. A primeira referia-se ao fato que a taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais era notadamente mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, tanto em 1920 como em 1940. Quanto a isto, nada de novo, uma vez que tal constatação acompanhava a tendência mundial de taxas de analfabetismo mais elevadas (ou, em contrapartida, taxas de alfabetização menos elevadas) entre as mulheres do que entre os homens. A segunda observação, apoiada em dados do censo de 1940, identificava, nesse ano, no grupo de 10 a 19 anos (grupo mais jovem), uma clara tendência de as mulheres se equipararem aos homens, com taxas praticamente idênticas de analfabetismo (57,4% e 57,3%, respectivamente) (UNESCO, 1953, p. 41-42). O Brasil estaria, assim, segundo esse estudo da UNESCO, abrindo caminho para uma situação de *igualdade* entre os sexos, a começar pela geração mais jovem (de 10 a 19 anos).

Decorridos oito anos a contar desse estudo da UNESCO, e já dispendo também do Censo 1950, o Conselho Nacional de Estatística – CNE, na obra *Contribuições para o Estudo da Demografia no Brasil*, ao mesmo tempo em que constatava “o gravíssimo atraso da instrução primária no Brasil” (IBGE/CNE, 1961, p. 395) e confirmava a histórica “inferioridade feminina” em relação à alfabetização a partir do grupo de 20 a 29 anos (Ibidem, p.389), anunciava uma novidade importante, que pode ser resumida em três pontos.

O primeiro ponto refere-se à constatação do encurtamento da distância que separava a taxa de alfabetização feminina em relação à masculina. Textualmente: “O aumento da alfabetização foi menor na população masculina de 10 anos e mais (de 48,15% em 1940 para 52,62% em 1950) do que na feminina (de 37,99% para 44,17%), atenuando-se assim a inferioridade das mulheres, que, todavia, se mantém ainda bem marcada.” (Ibidem, p. 391).

O segundo ponto concerne à identificação e à localização, no tempo e na estrutura de idade, do novo fato histórico representado pela inversão na relação entre gênero e alfabetização. Com efeito, o referido estudo encontrava, tanto em 1940 como em 1950, nos grupos de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos, uma “inferioridade dos meninos em relação às meninas” quanto à alfabetização, desvantagem esta que, no censo de 1950, se estendera também à faixa de 15 a 19 anos (Ibidem, p. 389). Tendo ignorado o grupo de 5 a 9 anos e tendo reunido os grupos de 10 a 14 e 15 a 19 anos num grande grupo, de 10 a 19 anos, o estudo da UNESCO acima

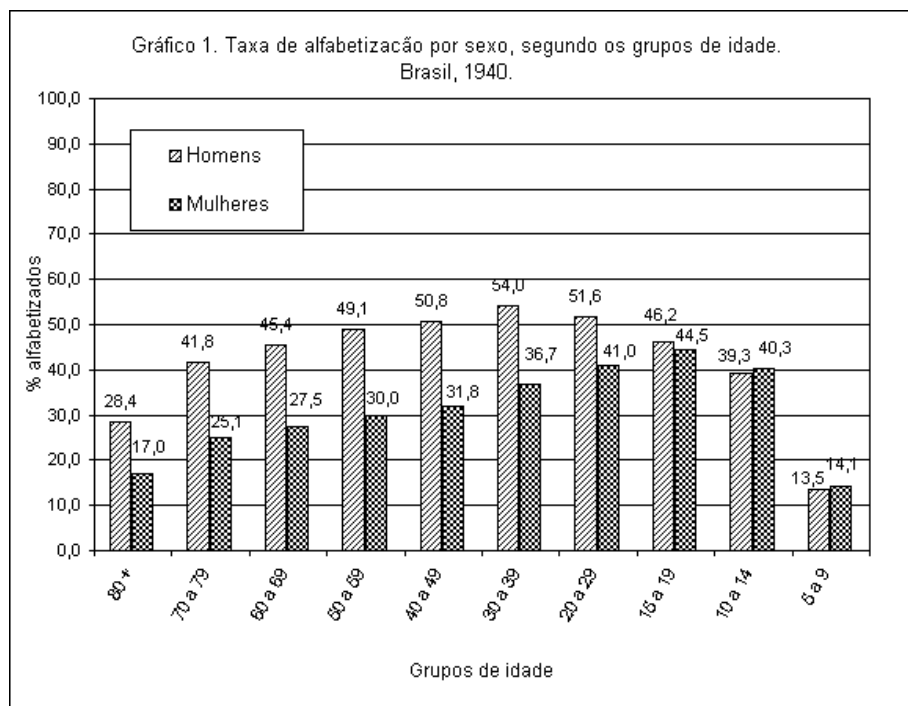
citado não fora capaz de captar essa inversão na relação entre gênero e alfabetização. Onde a UNESCO via equiparação ou equalização, o CNE identificava inversão de posições na relação entre gênero e alfabetização.

O terceiro ponto relacionava-se com a busca de explicação para a mudança. Esta inferioridade – agora dos meninos em relação às meninas em termos de taxa de alfabetização – se deveria, segundo o estudo, ao fato de que “os meninos são [eram] aproveitados mais do que as meninas para trabalhos manuais, ficando amiúde impedidos de freqüentar a escola primária” (Ibidem, 389). Dito de outro modo, essa inferioridade resultaria do fato de os meninos serem mais utilizados do que as meninas em *trabalhos extradomésticos*, especialmente rurais (Ibidem, p. 434).

Identificado, já, o fato da inversão histórica na relação entre gênero e alfabetização, fica agora a tarefa de definir a trajetória dessa mudança no tempo e na estrutura de idade. É o que se fará a seguir.

3. Traçando a trajetória da relação entre gênero e alfabetização

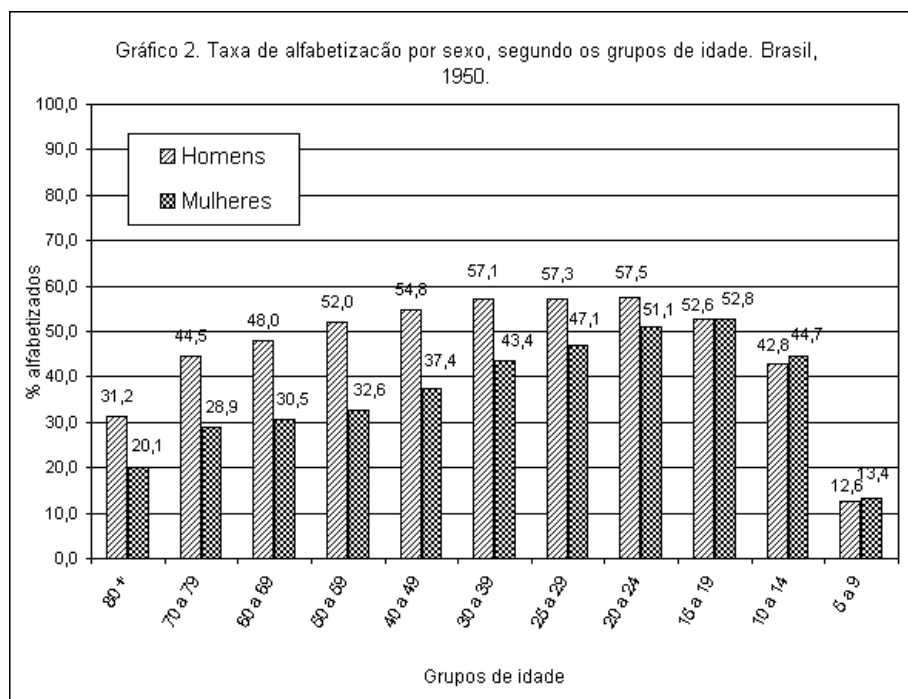
Encontrada a pista, a tarefa agora é segui-la, iniciando pelo de 1940, o primeiro organizado pelo recentemente criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nesta análise trabalho com a taxa de alfabetização, não a de analfabetismo, tendo por base os gráficos 1 a 4, relativos aos censos de 1940, 1950, 1980 e 2000. Os demais censos (1960, 1970 e 1991) serão apenas referidos, quando necessário.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940.

O gráfico 1, relativo ao censo 1940, apresenta as taxas de alfabetização para homens e mulheres segundo os grupos de idade, a partir do grupo de 5 a 9 anos. Assim organizado, ele conduz a uma leitura diferente daquela realizada pela UNESCO em seu já referido estudo de 1953. Nesse estudo a UNESCO identificara taxas masculina e feminina de analfabetismo praticamente idênticas na faixa de 10 a 19 anos (57,3% e 57,4%, respectivamente), o que sugeria uma equiparação. Caso se optasse por considerar a alfabetização em vez do analfabetismo, as taxas, nessa mesma faixa de idade, seriam 42,3% e 42,2%, respectivamente para homens e mulheres. A novidade estaria, segundo esse estudo, na igualdade atingida pelas mulheres, nessa faixa de idade, contra a histórica desigualdade evidenciada em todos os demais grupos de idade, a partir do de 20 a 24 anos. Ora, o gráfico 1 revela que o agrupamento de 10 a 19 anos conduz a uma interpretação duplamente equivocada dos resultados do censo. Com efeito, se mantida a desagregação dos grupos de 5 a 9, 10 a 14 e 15 a 19 anos, observa-se o seguinte: de um lado, no grupo de 15 a 19 anos, a taxa de alfabetização ainda é quase dois pontos percentuais mais elevada entre os homens do que entre as mulheres (46,2% contra 44,5%, respectivamente); de outro, nas faixas de 5 a 9 e 10 a 14 anos, as taxas femininas de alfabetização já superam as masculinas em aproximadamente um ponto percentual. Portanto, o Censo 1940 já sinaliza claramente o início, não da equiparação das mulheres em relação aos homens quanto à alfabetização, mas sim da histórica inversão na relação de gênero quanto à alfabetização no

Brasil. Esse fenômeno identificado no Censo 1940 (a referida inversão) era resultado de mudança iniciada em décadas anteriores. Com efeito, o censo demográfico do ano 1920 já indicava que, no grupo de 7 a 14 anos, as meninas apresentavam uma taxa de alfabetização quase igual àquela dos meninos (19,3% e 20,2%, respectivamente) (Brasil, 1920).

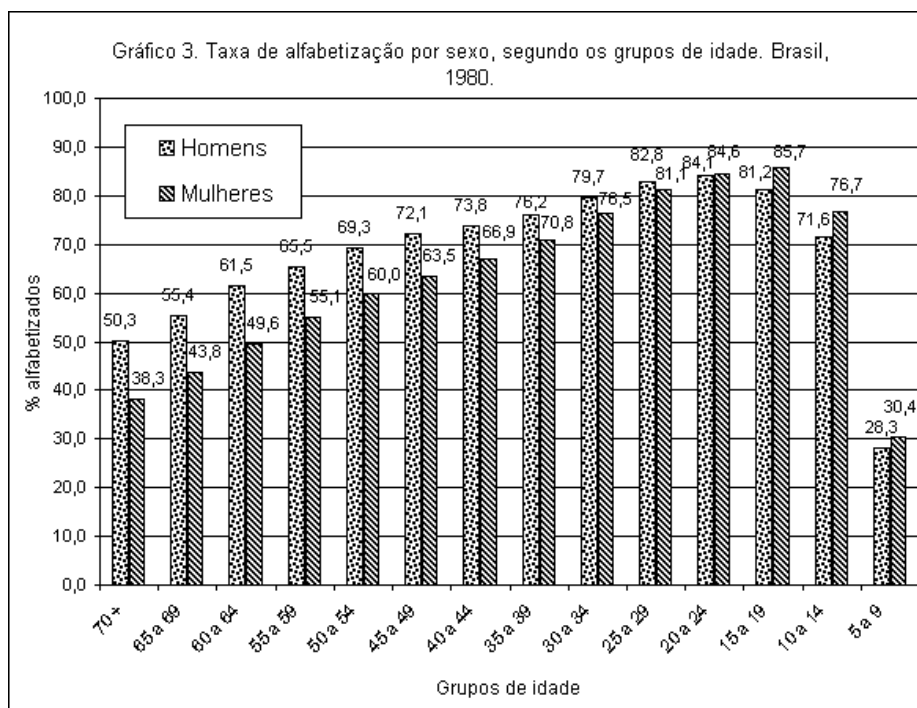


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950.

O censo de 1950 (gráfico 2) reproduz e amplia a vantagem das mulheres em relação aos homens quanto à alfabetização nos grupos de 5 a 9 anos (13,4% contra 12,6%) e 10 a 14 anos (44,7% contra 42,8%), como no censo anterior, e estende essa vantagem, mesmo que muito pequena ainda, para o grupo de 15 a 19 anos (52,8% contra 52,6%). Em todos os outros grupos de idade as taxas de alfabetização continuam sendo mais elevadas entre os homens, mas com uma tendência clara à diminuição da diferença entre as taxas feminina e masculina.

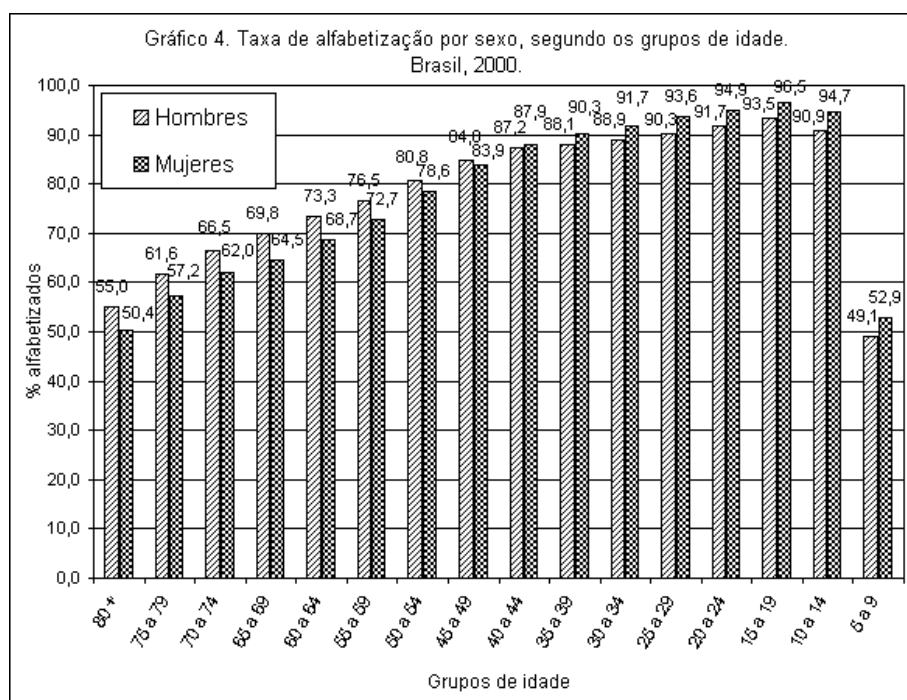
Nos dois censos seguintes (IBGE, 1960 e 1970) mantém-se e amplia-se a vantagem adquirida pelas mulheres em relação aos homens quanto à alfabetização nos grupos de 5 a 9 até 15 a 19 anos. Nos grupos seguintes, o que se observa é um encurtamento da distância que separa as taxas femininas das taxas masculinas de alfabetização.

O gráfico 3 mostra que, no censo de 1980, a superioridade feminina quanto à alfabetização avança até o grupo de 20 a 24 anos, diminuindo ainda mais, nos grupos seguintes de idade, a diferença entre as taxas femininas e as masculinas de alfabetização.



Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 1980*.

A mudança, até 1980, foi lenta. Tudo indica que os homens (crianças, adolescentes e jovens adultos) ainda conseguiam recuperar a diferença inicial a favor das mulheres. Veja-se, por exemplo, a geração que, em 1940, tinha 10 a 14 anos e que, no Censo 1950, tinha 20 a 24 anos: no decênio, a população masculina conseguiu não só anular a pequena vantagem feminina quanto à alfabetização em 1940, como também chegar a 1950 com uma vantagem superior a seis pontos percentuais em relação às mulheres (gráficos 1 e 2). Isso mostra que a pequena vantagem inicial adquirida pelas mulheres nos grupos mais jovens de idade ainda conseguia ser recuperada, nos anos seguintes, pelos adolescentes e jovens do sexo masculino.



O gráfico 4, relativo ao Censo 2000, sugere que tal recuperação está tornando-se cada vez mais improvável, na mesma medida em que a vantagem feminina se aprofunda e se estende a grupos de idade mais avançada. Com efeito, é no gráfico 4, referente ao ano 2000, que se evidencia o caráter irreversível da transformação que veio manifestando-se desde o censo de 1940. Agora, a estrutura de idade é repartida aproximadamente ao meio: as mulheres apresentam taxas mais elevadas de alfabetização em todos os grupos de 5 a 9 até 40 a 44 anos, continuando em desvantagem (até o próximo censo!) em todos os grupos a partir de 45 a 49 até 80 anos ou mais. Isto significa que, no Censo 2000, as mulheres são mais alfabetizadas que os homens na maior parte dos grupos de idade que compõem a PEA (População Economicamente Ativa: 10 a 64 anos). Além disso, no momento em que se encaminha para publicação este trabalho (março de 2009), as mulheres já devem ter superado os homens, em termos de taxa de alfabetização, pelo menos também no grupo de 45 a 49 anos, no qual, no ano 2000, a diferença que as separava destes não alcançava 1% (83,9% contra 84,8).

É por tudo o que se mostrou e se disse acima, que se considera que as taxas globais de alfabetização ou de analfabetismo, seja para as pessoas de 15 anos ou mais, seja, inclusive, para as pessoas de 10 anos ou mais, não conseguem nem descrever o *estado* real de uma população

em termos de alfabetização ou de analfabetismo segundo o gênero, nem, *a fortiori*, traçar o movimento dessa relação.

A julgar pela dinâmica do fenômeno nos sessenta anos examinados e a continuar a tendência verificada, pode-se prever que se chegará ao ano/censo de 2030 ou 2040 com taxas de alfabetização relativamente mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens, de ponta a ponta na estrutura de idade. É por isso que se pode dizer que o que aqui se focalizou - a mudança na relação entre gênero e alfabetização ou, em termos mais gerais, entre gênero e educação - pode ser definido como um fenômeno social de tendência secular no sentido que os demógrafos dão a essa expressão – um fenômeno de muito longo prazo.

4. Quando um caso não é apenas um caso

Nem se diga que o Brasil é apenas um caso. Na vizinha Argentina, por exemplo, em todos os grupos de idade abaixo de 50 anos, as mulheres apresentam taxas de alfabetização mais elevadas do que os homens (INDEC, 2001), o que deve ser o resultado de processo histórico semelhante ao verificado no Brasil, apenas com início anterior no tempo.

A pesquisa até aqui realizada revela que a literatura internacional pode não coincidir sobre a direção que está tomando a relação entre gênero e educação, mas reconhece que algo está mudando.

Dam e Volman (1998, p. 529-530), por exemplo, observam que, em vez da desigualdade, a igualdade de gênero é que se tornou “a norma hoje em dia na sociedade ocidental, pelo menos em teoria”. A desigualdade entre sexos estaria desaparecendo gradativamente, inclusive na área da educação. Segundo eles, mesmo que continue existindo desigualdade horizontal, “as moças agora permanecem no sistema educacional tanto tempo como os rapazes e conseguiram rapidamente alcançá-los em termos de nível de desempenho educacional, às vezes até superá-los”.

Enguita (1996, p. 10), por sua vez, sustenta que os resultados mais brilhantes das reformas educacionais são precisamente a incorporação das mulheres. “Hoje – diz autor – elas apresentam taxas de permanência, acesso e promoção superiores às dos homens em todos os níveis de educação, embora ainda não tenham acesso aos mesmos ramos e especialidades.”

Bouchard (1992, p. 368) afirma que “desde os anos 90, uma nova tomada de consciência, se não for uma crise, sacode os meios educacionais de Quebec: as meninas têm muito melhores resultados que os rapazes nos estudos e chegam em maior número aos cursos superiores.”

Stromquist, mesmo sustentando que “quase universalmente, as mulheres apresentam um percentual mais alto de analfabetismo”, identifica uma tendência à *paridade* entre meninas e meninos no que concerne à educação. Segundo a autora, “todos os países apresentam fortes semelhanças nas condições de educação para as mulheres e para os homens.” Em relação ao Brasil em particular, a autora diz já existirem “posições de paridade de gênero em todos os níveis de educação”, enquanto que na América Latina “o acesso de meninas e mulheres à educação está alcançando paridade em termos de coeficientes brutos”. Segundo ela, no Brasil e em muitos outros países da América Latina, já se teria alcançado “uma relativa paridade entre meninos e meninas na educação.” Na África e na Ásia, ao contrário, a disparidade na instrução primária entre meninos e meninas continua elevada, atingindo respectivamente 33 e 18 pontos percentuais (Stromquist, 1996, p. 33–36).

Em relação ao Brasil, como se disse antes, já no início dos anos 1960 o CNE identificava a inversão na relação entre gênero e alfabetização: “Tanto em 1940 como em 1950, nos grupos de 5 a 9 e 10 a 14 anos verificava-se uma inferioridade dos meninos em relação às meninas quanto à alfabetização, desvantagem esta que, no censo de 1950, se estendeu também para a faixa de 15 a 19 anos.” (CNE, 1961, p. 389).

Na mesma direção, no final dos anos 1990, estudo do autor deste trabalho tem enfatizado que o que se verifica no Brasil “não é simplesmente uma redução progressiva das taxas de analfabetismo feminino até à igualdade de situação em relação aos homens”, mas, antes, “uma *inversão de situação*, porquanto as mulheres, que historicamente apresentavam taxas mais baixas de alfabetização, passaram progressivamente, a partir dos grupos de idade mais jovens, a superar os homens em termos de alfabetização” (Ferraro, 1997, p. 214). Ainda em relação ao Brasil, Marília Pinto de Carvalho (2001, p. 554) afirma que qualquer cifra sobre evasão, repetência ou defasagem entre série cursada e idade da criança indicará que os meninos têm maiores dificuldades escolares do que as meninas.

Para Fúlvia Rosemberg (1996, p. 59), a situação brasileira se assemelha à dos países ricos, apenas em patamar inferior. Segundo ela, a comparação de homens e mulheres em termos de acesso à educação formal no Brasil revela a existência de “oportunidades e barreiras equivalentes em função da origem econômica e do pertencimento racial” ou uma situação de “igualdade de oportunidades de acesso e permanência educacional para os sexos e intensa desigualdade em função do pertencimento racial e de origem socioeconômica”. É esse fato que leva a autora a colocar-se a seguinte pergunta: “como as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe para produzir um sistema educacional tão excludente?” (Ibidem, p.59).

Uma coisa parece bastante clara tanto nos/as autores/as que falam em tendência à igualdade ou paridade de gênero quanto naqueles/as que falam em inversão na relação entre gênero e educação: é que o fato de as mulheres estarem igualando-se aos homens e até superando-os em termos de educação não deve ser ingenuamente tomado, por si só, como indicador de superação das desigualdades sociais e das formas de dominação que têm historicamente marcado as relações de gênero.

5. Algumas tentativas de explicação ou interpretação

A título de conclusão, vou aflorar algumas tentativas de interpretação da mudança em curso na relação entre gênero e educação. Concentro aqui a atenção naqueles estudos que falam seja em paridade seja em inversão na relação entre gênero e educação em geral ou entre gênero e alfabetização em particular. No meu entender, não se encontram na literatura especializada mais do que algumas pistas de interpretação ou explicação.

Começo lembrando a hipótese já quase cinquentenária, segundo a qual, no Brasil, a maior frequência de meninos do que de meninas em *trabalhos extradomésticos*, especialmente rurais, seria o fator principal que explicaria a *inferioridade* dos meninos quanto à alfabetização, já evidenciada nos censos de 1940 e 1950, a começar pelos grupos mais jovens de idade (CNE, 1961, p. 389). São frequentes as objeções a essa explicação, embora sem referência ao estudo organizado pelo CNE. Em artigo sobre trabalho infanto-juvenil e analfabetismo no Rio Grande do Sul, observei que, mesmo levando-se em conta o fato freqüente de o trabalho feminino ficar escondido sob o rótulo de *trabalho doméstico*, os dados examinados pareciam reforçar a hipótese levantada no estudo organizado pelo CNE (1961), a

saber, que os níveis mais elevados de analfabetismo verificados entre crianças e adolescentes do sexo masculino teriam relação com o fato de “os meninos serem aproveitados mais do que as meninas para *trabalhos extradomésticos*”. Disse também que, quando o conflito entre trabalho e educação se transforma em dilema, a alternativa da *sobrevivência* acaba por sobrepor-se ao *direito à educação* (Ferraro, 1997, p. 217). A precariedade dos dados sobre trabalho infantil, especialmente no grupo de 5 a 9 anos, dificulta (pelo menos dificultava então) qualquer conclusão mais segura sobre a relação entre trabalho infanto-juvenil e alfabetização.

Marília Pinto de Carvalho, angustiada, como ela mesma diz, com as informações sobre o fracasso escolar mais freqüente entre os meninos e com o fato de esse debate não ter seqüência (2003, p. 187-191), reúne e sintetiza em três pontos as diversas tentativas correntes de explicação do fenômeno. Segundo a autora, no Brasil, quando se vê que os meninos têm maior atraso escolar, que há mais analfabetos entre eles, a primeira tendência é atribuir isso ao trabalho infantil; outra tendência é dizer que as meninas são mais adaptadas à escola; finalmente, a terceira explicação, presente em alguns estudos, tanto internacionais como brasileiros, é “um raciocínio que procura inverter essa explicação baseada na passividade das mulheres, na idéia de que as meninas seriam mais adaptadas à escola pela passividade e obediência”. Em relação a esta terceira tendência, e estimando que, no Brasil, o tema do fracasso escolar dos meninos ainda não se teria transformado num ‘pânico moral’³, a autora sugere que ainda estaria em nossas mãos pensar essa questão de uma maneira progressista e transformadora.

O pesquisador espanhol Mariano Enguita lista uma série de lances interpretativos que podem ser assim resumidos: tudo levaria a um alto grau de identificação e, portanto, de compromisso das mulheres com a escola; a escola seria o único lugar onde, por um determinado tempo, a mulher poderá medir-se com os homens pelos mesmos parâmetros, ou quase, até o ponto de poder “mostrar e demonstrar que é igual a eles e inclusive melhor do que eles”; para conseguir o mesmo emprego que o homem, a mulher precisaria evidenciar “mais e melhores capacidades e/ou credenciais do que ele”; por fim, a permanência na instituição escolar seria, para a mulher, um investimento na melhor das bolsas matrimoniais

³ A autora refere-se ao Seminário Internacional “Gênero e educação: educar para a igualdade”, realizado em São Paulo em março de 2004, do qual participaram também três pesquisadoras inglesas.

(Enguita, 1996, p. 16-17). O autor sugere ainda que o êxito feminino na educação e o êxito da reforma co-educativa não deveriam ser vistos nem como produto de uma feliz casualidade, nem como “efeito perverso de uma combinação entre autoritarismo escolar e submissão feminina” (Ibidem, p. 17).

A propósito das teorias da aprendizagem feminina, Dam e Volman (1991, p. 317) dizem o seguinte: “Não há lugar para esta noção [de aprendizagem feminina] no presente sistema de ensino. Mulheres e meninas são freqüentemente forçadas a adaptar-se aos padrões do pensamento masculino porque é a maneira masculina de aprender que é usada na educação.” No fundo, a desigualdade em desfavor da mulher se explicaria pelo fato de a escola estar impondo o modo masculino de aprender. No entanto, é comum o questionamento justamente no sentido contrário, como destaca Carvalho (2004, p. 13), quando se refere “aos discursos essencialistas e conservadores [...] que falam de uma escola feminilizada, que prejudicaria os meninos em geral, acusando as professoras e o movimento feminista por um indiscriminado fracasso escolar do sexo masculino, no bojo de uma pretensa ‘crise da masculinidade’”.

Na mesma direção, em estudo sobre o êxito escolar das meninas em Quebec, Bouchard identifica o que chama de “implantação de uma nova ideologia de sexo [...] no mundo da educação”, que estaria justamente desempenhando a função: a) de explicar/justificar o fato de as meninas alcançarem melhores resultados que os rapazes nos estudos e chegarem em maior número aos cursos superiores em Quebec e b) de mostrar como os homens “se tornaram por sua vez as ‘vítimas’ discriminadas do sistema escolar” (Bouchard, 1991, p.368-370). Os dois primeiros elementos que, segundo a autora, compõem essa nova ideologia são: “1. que as moças estão invadindo um domínio até então reservado aos homens; 2. que estes são ‘vítimas’ de um sistema que agride sua identidade e não lhes propõe, ou muito pouco, figuras de identificação masculina em um momento crucial de seu encaminhamento escolar [...]” (Ibidem, p. 373). Na conclusão de seu artigo, a autora faz uma afirmação que considero desafiadora: “O abandono escolar dos meninos é um fenômeno que data de antes da democratização do ensino.” (Ibidem, 383) A minha leitura é que essa afirmação reforça o caminho aqui escolhido, de tentar retrazar minuciosamente a trajetória da relação entre gênero e alfabetização. A afirmação acima destacada sugere que se poderia

pensar em algo como traçar a trajetória da relação entre gênero e abandono escolar, gênero e reprovação etc., à semelhança do que aqui se fez sobre a relação entre gênero e alfabetização.

Penso que está posto aqui um grande desafio para a pesquisa na área da sociologia da educação. Tal desafio refere-se, de um lado, ao estudo da direção, da extensão e da intensidade das mudanças em curso na relação entre gênero e educação e, de outro, à compreensão do significado e alcance dessas mesmas mudanças em termos da superação da histórica desigualdade e discriminação social da mulher, coisa que não se limita à educação. Pode-se lembrar aqui a justa preocupação de F. Rosemberg (1996) de, no estudo do acesso de homens e mulheres à educação formal, se articular também pertencimento racial e origem socioeconômica, perspectiva esta de análise que se pretende explorar na continuidade da pesquisa.

Finalmente, entendo que o grande desafio para a pesquisa está relacionado com aquilo que vem sendo interpretado como *fracasso dos meninos*. Por que não *sucesso das meninas*? Dá no mesmo? Talvez não.

Referências bibliográficas

BOUCHARD, Pierrette. O êxito escolar das meninas em Quebec: o surgimento de uma nova ideologia de sexo ou o discurso da usurpação. *Estudos Feministas*, p. 369-383, ano 2, 2º. sem. 1994.

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professora avaliam meninos e meninas. *Estudos Feministas*, ano 9, p. 554-574, 2º. sem. 2001.

_____. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p.185-193, jan./jun. 2003.

_____. Quem são os meninos que fracassam na escola? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 11-40, jan./abr. 2004.

DAM, G. t. m. Ten; VOLMAN, M. M. L. Conceptualising Gender Differences in educational Research: the case of the Netherlands. *British Journal of Sociology of Education*, v. 12, n. 3, 309-321, 1991.

ENGUITA, Mariano. Os desiguais resultados das políticas igualitárias. Classe, gênero e etnia na educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 3, p. 5-17, set./dez. 1996.

FERRARO, Alceu Ravello. Crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul: trabalho e analfabetismo. *Educação & realidade*, Porto alegre, v. 22, n. 2, p. 203-221, jul./dez. 1997.

_____. Alfabetizar é escolarizar. *Sociedade e Estado*, v. XIV, n. 2, 323-348, jul./dez. 1999.

_____; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v, 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FRANCISCO, Luiz. Escolas têm cada vez mais meninas. *Folha de São Paulo*, p. A 8, 8 jul. 2003.

GOIS, Antônio. Atraso escolar afeta mais os meninos. *Folha de São Paulo*, p. C 1, 27 jun. 2003.

IBGE. Conselho Nacional de Estatística. *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. Parte G – Alfabetização, p. 387-448.

IBGE. *Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000*.

INEP. *Informativo*, n. 45, de 20/07/2004. www.inep.gov.br

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, v. 96, p. 58-65, fev. 1996.

STROMQUIST, Nelly. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero. Perspectivas comparativas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 1, p. 27-48, jan./abr. 1996.

UNESCO. *L'analphabétisme dans divers pays*. Étude statistique préliminaire sur la base des recensements effectués depuis 1900. Paris: UNESCO, 1953.

_____. *Compendium of statistics on illiteracy – 1990 Edition. (Compendium des statistiques relatives à l’analphabétisme – Édition 1990. Compendio de estadísticas relativas al analfabetismo – Edición 1990)*. Paris: UNESCO, 1990.

_____. *Gender-sensitive education statistics and indicators – A practical guide. Training material for workshops on education statistics and indicators*. UNESCO, Division of Statistics, s/d.

VOLMAN, Monique; TEN DAM, Geert. Equal but Different: contradictions in the development of gender identity in the 1990s. *British Journal of Sociology of Education*, vol. 19, No. 4, p. 529-545, 1998.